



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13190 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

## A EJA E O ENSINO NOTURNO APAGADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Giovan Nonato Rodrigues Soriano - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Maria Nilvane Fernandes - Fundação Universidade do Amazonas - PPGE da UFAM

Adriana Medeiros Farias - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Agência e/ou Instituição Financiadora: UFAM FAPEAM CAPES

### **A EJA E O ENSINO NOTURNO *APAGADOS* DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MANAUS**

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo geral analisar o processo de fechamento de turma do ensino noturno e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da gestão empresarial de resultados, implementada na rede municipal de ensino de Manaus (AM). Trata-se de uma pesquisa documental, desenvolvida na perspectiva do materialismo histórico-dialético, cujo percurso metodológico compreende revisão de literatura; recolha do material documental; tratamento e análise dos dados, com base na técnica de análise de conteúdo. O estudo discutiu como o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), fundamentado no capitalismo dependente e periférico, impele populações a migrarem para Manaus, onde ficam concentradas políticas públicas como a educação, o que a torna a terceira rede municipal de educação, na qual a EJA representa apenas 2% das matrículas. O estudo apontou, ainda, como os organismos multinacionais, em ação orgânica e sistêmica com frações dominantes locais, operaram o processo de desqualificação da educação pública estatal, enquanto orquestram a lógica econômica do capitalismo. Por fim, em meio ao gerencialismo de resultados, o ensino noturno e a EJA representam impactos negativos nos resultados e, em razão disso, devem ser apagados com a extinção de turmas que atendem a essa modalidade de ensino.

**Palavras-chave:** Ensino noturno. Educação de Jovens e Adultos. Empresariamento. Ensino público de Manaus.

## INTRODUÇÃO

Na década de 2010, ignorando as 351 mil pessoas de 14 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto ou equivalente, e todos os custos sociais decorrentes disso, ao mesmo tempo, negligenciando a incumbência constitucional enquanto ente Federado responsável pela oferta prioritária do ensino fundamental de forma universal, o Município de Manaus promoveu um progressivo e acelerado fechamento de turmas como parte de um processo de extinção de todas as modalidades de ensino fundamental no turno noturno em suas unidades de ensino, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A eleição dessa temática se articula com a experiência do pesquisador, que buscou uma aproximação com as múltiplas determinações desse fenômeno, problematizando: que fatores concorrem para o fechamento de turmas do turno noturno na rede municipal de educação de Manaus? Para tanto, o objetivo geral do estudo buscou *analisar* o processo de fechamento de turmas de EJA, do turno noturno, no contexto da gestão empresarial de resultados adotada na rede municipal de educação de Manaus. A pesquisa se estruturou em três objetivos específicos: a) *caracterizar* o ensino noturno e a EJA dentro da rede municipal de educação Manaus no contexto das reconfigurações produtivas da Zona Franca de Manaus; b) *examinar* a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições em que a gestão empresarial de resultados se firmou no campo educacional em nível internacional e nacional; c) *estabelecer* as correlações entre a consolidação da gestão empresarial de resultado na rede municipal de Manaus e o fechamento de turmas do turno noturno e da EJA. A análise foi orientada por categorias marxianas do materialismo histórico-dialético, apoiada no referencial teórico gramsciano, sobretudo, nos conceitos de Estado ampliado e Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs).

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, antecedida de uma revisão da literatura junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, pautada em dois descritores: a) *ensino noturno*: nos 133 resultados obtidos, não identificamos publicações relacionadas à questão do fechamento de turmas; e, b) *fechamento de turmas*: identificaram-se duas dissertações: a primeira, *Não feche a EJA da minha Escola*, e a segunda, *Educação de Jovens e Adultos: políticas de acesso e permanência na SEMED-Bragança*, ambas de 2018, cujas discussões se restringiram, respectivamente, às implicações e às ações contra o fechamento de turmas, mas os estudos não discutiram os motivos que levaram ao fechamento de turmas de EJA do turno noturno.

Após isso, realizou-se coleta documental junto a sites oficiais das Secretarias

Municipal e Estadual de Educação; Conselhos Municipal e Estadual de Educação; Diários Oficiais do Município e do Estado; Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (Inep); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Educação (MEC), além de sites oficiais de organismos multilaterais e APHs vinculados à educação. Buscou-se também informações complementares por meio de ofícios e visitas presenciais nas Secretarias de Educação e Conselhos de Educação. Coletados os dados, procedeu-se ao tratamento e análise dos dados, com base na técnica de análise de conteúdo.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

A estrutura da dissertação se vincula aos três objetivos específicos propostos, destinando-se a primeira seção, portanto, a caracterizar o lócus da pesquisa, tecendo considerações a partir do contexto das reconfigurações produtivas da Zona Franca de Manaus (ZFM) que, sob a perspectiva do capitalismo dependente e periférico, expropria as populações dos municípios do interior do Amazonas das condições de venda da sua força de trabalho, impelindo-as para Manaus onde se concentram os empregos, os equipamentos e serviços públicos. Essa concentração faz de Manaus a terceira maior rede de ensino municipal do país, em contínua demanda por mais escola, o que serviu de pretexto para implementação do Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus (PROEMEM) e, a partir dele, a consolidação do gerencialismo de resultados, coincidente com o fechamento de turmas do turno noturno das escolas municipais.

Na segunda seção, buscou-se evidenciar a atuação de organismos multilaterais no papel de intelectuais coletivos e APHs internacionais na criação e disseminação do conceito de qualidade empresarial de educação, assim como na desqualificação da educação pública ofertada pelo Estado, de forma orgânica e sistêmicas com frações das classes dominantes locais, por meio de seus APHs, intelectuais orgânicos e prepostos capilarizam-se nas redes de ensino, a fim de não só explorá-las economicamente, mas também assegurar a conformação técnica e ético-política da classe trabalhadora às necessidades do mercado, utilizando-se para isso do gerencialismo de resultados, do estabelecimento de metas, aferidas por avaliações em larga escala locais, nacionais e internacionais, enquanto o caráter político-pedagógico e o conhecimento científico, cultural, político e humanista é esvaziado da educação dos filhos do trabalhador.

Na última seção, ficou evidenciado como os prefeitos de Manaus, de 2010 a 2022, historicamente buscaram a qualidade da educação a partir de indicadores e de soluções externas, imediatistas que demandavam enorme volume de recursos públicos em *parcerias* com APHs que exploram economicamente a educação. Isso se intensificou a partir da instituição do PROEMEM, decorrente de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), seguido da contratação da empresa Instituto Águila, responsável pela

implementação da GIDE que consolidou o gerencialismo de resultados na rede municipal de ensino de Manaus, e coincidiu com a conversão das turmas do turno noturno em EJA em 2015, uma vez que educandos dessa modalidade são desconsiderados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), seguido de remanejamento compulsório dos alunos com distorção idade-série para a EJA, chegando a 2022 apenas 63 escolas municipais com turno noturno ativo das 136 escolas existentes em 2011, por impactarem negativamente em outros indicadores avaliados pela GIDE.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tanto o ensino noturno quanto a Educação de Jovens e Adultos, antes de formalizarem direito, representam a luta e as reivindicações populares históricas por educação dentro de uma sociedade de classes de enormes barreiras e desigualdades sociais. Ainda em 2022, a criação e a oferta de vagas no ensino noturno e na EJA perduram enquanto bandeira de luta de única forma possível de acesso à educação escolar de parcela das classes subalternas.

No contexto de capitalismo dependente e periférico que marca as reconfigurações produtivas da ZFM, as populações dos municípios do interior do Amazonas são expropriadas das condições de venda da sua força de trabalho e, seduzidas por expectativas de emprego no Polo Industrial de Manaus (PIM), são impelidas para capital onde se transformam em exército de reserva industrial nas periferias urbanas, sem acesso a equipamentos e serviços públicos, incluindo a educação. Essa expansão demográfica contínua demanda permanentemente por mais escola, não sendo à toa Manaus a terceira maior rede de ensino municipal do país, em que o ensino noturno e a Educação de Jovens e Adultos aparecem apagados, pois das 500 escolas, apenas 63 tem o turno em funcionamento, e das 181.941 matrículas, apenas 4.133 são de EJA, ou seja, apenas 2,3%, em um universo de 351 mil pessoas de 14 anos ou mais sem instrução e fundamental incompleto ou equivalente em Manaus.

Esse apagamento da EJA deve ser visto como produto da dinâmica expansiva da acumulação do capital que, em razão de suas crises estruturais, necessita de contínuas reconfigurações dos modos de produção a fim de garantir a extração crescente de mais valor, o que altera as relações sociais e, conseqüentemente, o tipo de educação a ser ofertada ao trabalhador. Para assegurar uma educação favorável aos seus interesses, organismos multilaterais atuam orgânica e sistemicamente, ora como intelectual coletivo, ora como APH, ora na forma de Frentes Móveis internacionais, destacando-se entre esses o Banco Mundial, na implantação de suas agendas como políticas nos Estados nacionais, o que perpassa pela definição de habilidades e competências a serem ensinadas e mecanismos de controles da efetivação desse ensino nas escolas, por meio da construção de uma qualidade fundamentada em indicadores, metas e resultados que substituem os processos político-pedagógico da educação por processos técnico-gerencialistas, sendo necessário para isso, simultaneamente, a

desqualificação da gestão Estatal da educação. Tudo isso articula-se com frações dominantes locais que, cada vez mais, ocupam postos estratégicos dentro do Estado, para inseri-la no arcabouço jurídico brasileiro, transformando-as em políticas educacionais de governo.

Esse modelo de qualidade da educação de interesse do capital encontra-se materializado no Brasil em diretrizes como os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação, o IDEB e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular, pelas quais municípios como Manaus ficam atrelados não só à consecução de metas e resultado definidos como qualidade da educação, como também à competição estimulada entre unidades de ensino, redes de ensino, municípios, capitais e estados pelas melhores colocações nas avaliações em larga escala. Nessa disputa em que apenas os números interessam, o gerencialismo empresarial é vendido como resposta por empresas como o Instituto Águila, contratado em Manaus pela gestão tucana de Arthur Virgílio Neto e a Secretária Municipal Kátia Schweickardt, para implementar a Gestão Integrada da Escola (GIDE), transformando os atores do processo educativo em fatores de impacto positivo ou negativo, devendo esses últimos serem eliminados. Nesse contexto, o turno noturno e a EJA, primeiro, são instrumentalizados em estratégias de camuflar os indicadores, como por exemplo, remanejando os estudantes para a EJA como forma de limpar a distorção idade-série dos outros turnos e, por considerá-los fracos, como forma de tirá-los da Prova Brasil, já que esta não é aplicada para alunos dessa modalidade. Segundo, como há outros indicadores e avaliações internas sobre os quais o ensino noturno e a EJA continuam impactando, então, a solução é eliminá-los da escola.

Essa dissertação, portanto, presta-se a suscitar a discussão, além de fornecer dados e argumentos teórico que subsidiem uma mobilização coletiva necessária para reverter esse fenômeno que se intensificou na década de 2010. Caso não haja um movimento de resistência coletivo de imediato, o turno noturno e a EJA serão definitivamente apagados das políticas educacionais do município de Manaus.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Rudervânia da Silva Lima. PROEMEM: A lógica do mercado na educação municipal de Manaus. 2017. Orientadora: Selma Baçal. Dissertação (Mestrado em Educação – Educação e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amazonas. 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6134> Acesso em: 20 jun. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Education**: sector policy paper. Washington, 1980. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/366981468182955979/pdf/PUB268000REPLA00> Acesso em: 10 jan. 2023.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Annual Report - 1980**. Washington, 1980. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/562761468762881153/pdf/multi0page.pdf> Acesso em: 10 jan. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Priorities and strategies for education**. Washington, 1995. Disponível em: <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/0-8213-3311-9> Acesso em: 10 jan. 2023

BID. Inter-American Development Bank. **Diálogo de Identificação Manaus, Estado do Amazonas, Diagnóstico e Apoio ao Desenho e Articulação de Programas**. (BR-L1328 Carta Consulta versão final PROEMEM) 2014. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39274469> Acesso em: 20 jun. 2022.

CME. **Proposta Pedagógica para Educação de Jovens, Adultos e Idosos da Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus**. Acesso em 23 jan. 2023. Disponível em: [https://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/PPROPOSTA\\_PEDAGOGICA\\_EJA-\\_2023\\_SEMED.pdf](https://cme.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/PPROPOSTA_PEDAGOGICA_EJA-_2023_SEMED.pdf).

IBGE. **PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio**. Agência IBGE de notícias. 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> Acesso em: 15 fev. 2023.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das Políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021. Acesso em: 17 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43851>.

MANAUS. **Lei nº 1921, de 30 de outubro de 2014**. Institui, no âmbito da Secretaria Municipal De Educação - SEMED, o Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus - PROEMEM, e estabelece outras providências. Disponível em: [https://sapl.cmm.am.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/4994/lei\\_n\\_1921\\_de\\_30\\_out](https://sapl.cmm.am.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/4994/lei_n_1921_de_30_out) Acesso em 21 jan. 2023.

MARX, Karl, **Contribuições à crítica da economia política**. Trad. e intr. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.